

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de abril de 2020 às 07h41
Seleção de Notícias

UOL Notícias | BR

Patentes

Sob Bolsonaro, farmacêuticas do país receberam menor investimento da década 3
CORONAVÍRUS

Yahoo! Notícias Brasil | BR

Direitos Autorais

"Retorno" do Pirate Bay gera problemas para distribuidores e estúdios 8

Jornal ANJ - Online | DF

Direitos Autorais

Austrália decide obrigar Google e Facebook a pagarem por conteúdo jornalístico 9

Agência Estado - Broadcast | BR

15 de abril de 2020 | Pirataria

Mercado ilegal deve aumentar na quarentena 11

Sob Bolsonaro, farmacêuticas do país receberam menor investimento da década

CORONAVÍRUS



O entusiasmo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em torno da cloroquina -- remédio antimalárico em teste contra a covid-19 -- contrasta com a redução do estímulo à indústria farmacêutica durante seu primeiro ano de mandato.

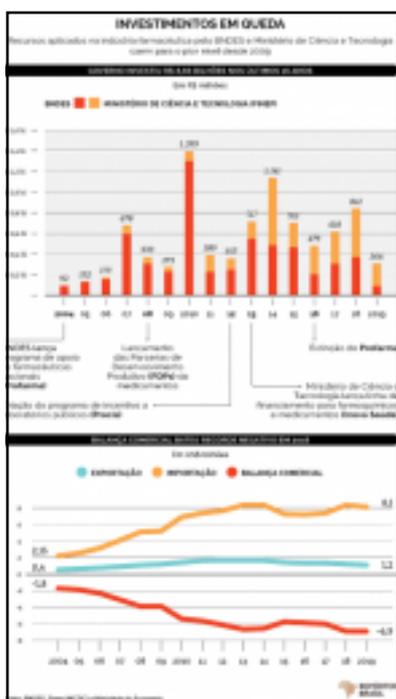
Os investimentos federais em produção e pesquisa farmacêutica no setor privado caíram 63% em 2019, segundo levantamento da **Repórter** Brasil junto aos dois principais financiadores públicos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**), vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

UOL Debate: evidências sobre cloroquina são pobres, mas foco é salvar vidas Mais jovem a morrer no RJ por coronavírus fazia tratamento com cloroquina

No ano passado, o investimento total dos dois órgãos no setor foi de R\$ 306 milhões, ante R\$ 840 milhões em 2018. É o índice mais baixo de investimentos desde 2009. Desde 2004, quando o governo federal definiu a saúde como área prioritária de investimento industrial e ampliou as linhas de financiamento, os recursos aplicados nas farmacêuticas chegaram a R\$ 8,66 bilhões - média de R\$ 541 milhões por ano. Os dados consideram somente os valores liberados e não incluem recursos empregados pelo Ministério da Saúde em laboratórios públicos.

Enquanto caem os investimentos públicos no setor, crescem os gastos com a importação de remédios, vacinas e insumos farmacêuticos [matéria-prima para a produção de remédios]. A balança comercial atingiu em 2018 e 2019 recorde negativo histórico de US\$ 6,9 bilhões, segundo o Ministério da Economia. Foram US\$ 8,1 bilhões em importações e US\$ 1,2 bilhão em exportações no ano passado.

Os números revelam o alto grau de dependência ex-



Continuação: Sob Bolsonaro, farmacêuticas do país receberam menor investimento da década



terna tanto de medicamentos prontos, como de matéria-prima farmacêutica, afirma Paulo Henrique de Almeida Rodrigues, professor do Instituto de Medicinal Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O Brasil hoje importa 90% dos ingredientes básicos usados na fabricação, principalmente da China e da Índia.

"Até a década de 1990, o Brasil tinha produção local, mas as empresas foram extintas e não houve substituição. O país ficou extremamente vulnerável à importação de insumos".

Paulo Almeida Rodrigues

A crise do novo coronavírus deixa evidente a fragilidade da indústria nacional. Com o isolamento social na China (em fevereiro) e na Índia (em vigor), houve queda nos dois países na produção de insumos farmacêuticos, que são disputados também por empresas da Europa e dos Estados Unidos. Há ainda dificuldades logísticas, já que o transporte é feito principalmente por voos de passageiros, que enfrentam redução drástica.

Os dois principais produtos em falta hoje são a clo-

roquina e a hidroxicloroquina. A Índia, uma das maiores fabricantes do mundo, proibiu em março a venda desses e outros insumos utilizados no combate à covid-19. Outras classes de remédios também estão ameaçadas. A agência europeia de medicamentos afirmou que o continente tem baixo estoque e risco de desabastecimento de anestésicos e antibióticos usados para tratar o novo coronavírus. A Repórter Brasil mostrou no último dia 3 que a produção de remédios já está mais cara no Brasil, e que os preços tendem a subir.

"Uma crise como a do coronavírus, em que há dificuldade para importar produtos farmacêuticos, mostra as nossas carências em saúde", diz a economista Julia Paranhos, pesquisadora da UFRJ. Além da redução de investimento nas empresas, ela aponta queda no incentivo à pesquisa em tecnologia e inovação. "Isso tudo vai contra as políticas que vinham sendo implementadas no Brasil, que tinham objetivo de fortalecer essa indústria e diminuir a dependência externa".

"Até o momento, não vimos medidas de estímulo do governo para o Complexo industrial da Saúde. Deveríamos estar neste momento incentivando a produção local desses medicamentos para reduzir nossa dependência", afirma Débora Melecchi, coordenadora da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica do Conselho Nacional de Saúde.

Questionado, o Ministério da Saúde não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Política de inovação

Alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro na campanha eleitoral, o BNDES foi quem mais cortou verbas. Foram aplicados R\$ 87,5 milhões em 2019, ante R\$ 370 milhões em 2018. É o menor valor investido pelo banco no setor farmacêutico desde 2001 (R\$ 52 milhões). O BNDES Profarma, programa criado pelo banco em 2004 para estimular a indústria, foi ex-

Continuação: Sob Bolsonaro, farmacêuticas do país receberam menor investimento da década

tinto em 2016. O departamento responsável pelo setor também foi desfeito e incorporado a outras áreas do banco.

O BNDES diz que o investimento caiu em 2019 pois o ano passado representou "o fim de um ciclo de investimento para o início de um novo". "Esses ciclos costumam ter duração de três a quatro anos e são renovados à medida que a capacidade produtiva atinge seu ápice", diz o banco, em nota enviada à Repórter Brasil. O BNDES diz que as operações aprovadas em 2019 aumentaram quatro vezes em relação a 2018 e que o desembolso voltou a crescer em 2020 (leia a nota completa).

Na **Finep**, os valores liberados em 2019 somaram R\$ 219 milhões, queda de 53% ante os R\$ 470 milhões investidos no ano anterior. A maior parte do investimento foi para o programa de inovação da Hypera Pharma (R\$ 111 milhões). A fabricante de genéricos (ex-Hypermarchas) é a que mais recebeu recursos públicos nos últimos 16 anos: R\$ 1,6 bilhão. Procurada, a **Finep** diz que segue apoiando o setor farmacêutico e disponibilizando as linhas de crédito previstas. "Eventuais aumentos e reduções de valores apoiados refletem a demanda por recursos pela própria indústria", diz a financiadora, em nota.

Além de investir menos, o governo federal reduziu a compra de medicamentos por meio do programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), a principal política de inovação do setor. Criada em 2008 pelo Ministério da Saúde, ela busca estimular a alta tecnologia em laboratórios públicos e privados e incentivar a produção nacional de matéria-prima farmacêutica.

Em 2019, o Ministério da Saúde comprou R\$ 1,6 bilhão de medicamentos via PDP - queda de 52% ante o gasto de R\$ 3,4 bilhões em 2018. A média anual de 2011 a 2018 foi de R\$ 2,6 bilhões.

O ministério também suspendeu no ano passado 19 das 85 PDPs vigentes - alegando atraso nos projetos,

falha na entrega dos produtos e determinação do Tribunal de Contas da União.

Um das parcerias atingidas foi a da farmacêutica Libbs com o Instituto Butantan para desenvolvimento do trastuzumabe, medicação de alto custo para câncer de mama que esteve em falta no SUS em 2018 e 2019. A diretora de relações institucionais da Libbs, Márcia Bueno, diz que a decisão obrigou a empresa a reduzir investimentos no desenvolvimento da ampola, que é atualmente o remédio de maior gasto no país.

"Sempre há risco de perda [dos investimentos públicos] quando há descontinuidade", afirma Luiz Marinho, coordenador da Alfob (associação brasileira de laboratórios públicos).

Para Ogari Pacheco, do laboratório Cristália, o programa de PDPs passou por um "freio de arrumação" na atual gestão. Ele aposta na liberação das parcerias suspensas até o final do ano. O Cristália detém o maior número de projetos (21), sendo 4 deles atualmente suspensos pelo ministério.

"Não saberia dizer se é uma redução da demanda das empresas ou do repasse do governo, mas a **Finep** e o BNDES continuam solicitando projetos porque há capital para investimento", afirma Sérgio Frangioni, presidente da Blanver e presidente da associação nacional das indústrias de química fina (Abifina). "Desde 2009 já foram vários ministros e vários questionamentos, mas a PDP é um modelo de negócio de sucesso na maioria dos casos", diz ele. Sua empresa também foi afetada com a suspensão da PDP envolvendo o sofosbuvir, medicamento para hepatite C envolvido em disputa judicial. "Esperávamos algumas demandas do Ministério da Saúde que não vieram. Tivemos que demitir 25% dos funcionários", afirma.

Dos genéricos às PDPs

A Lei dos Genéricos e a criação da Anvisa, em 1999,

Continuação: Sob Bolsonaro, farmacêuticas do país receberam menor investimento da década

foram os primeiros impulsos para remontar a indústria farmacêutica nacional, já que exigiu das empresas novas certificações e padrões de qualidade na fabricação de medicamentos.

O resultado foi um salto no mercado de genéricos, que passou de 9% para 35% das unidades comercializadas no país, entre 2004 e 2017. A participação de mercado das empresas nacionais também cresceu no período, de 33% para 55%.

Em faturamento, contudo, os genéricos correspondem hoje a apenas 14% das vendas. E aí está outro gargalo da indústria brasileira, já que as empresas estrangeiras lideram com folga o mercado de produtos novos (protegidos por **patentes**) e biológicos (de alta tecnologia).

Em 2008, o governo federal inaugurou uma nova fase de investimentos no setor com a criação das PDPs. "A política de genéricos deu musculatura para a indústria brasileira, mas não era direcionada à inovação", afirma o pesquisador da Fiocruz Carlos Gadelha, ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (2011-2015) e criador das PDPs.

A ideia foi unir a política industrial às necessidades de saúde, direcionando os investimentos do BNDES e da **Finep** para a fabricação de insumos farmacêuticos e medicamentos importantes para o SUS.

Nas PDPs, empresas estrangeiras transferem a tecnologia de fabricação de um remédio para empresas privadas brasileiras e laboratórios públicos. Algumas parcerias envolvem apenas companhias nacionais. A contrapartida do Ministério da Saúde é comprar o remédio da empresa privada durante o período de **transferência** de tecnologia.

Entre 2011 e 2018, o ministério adquiriu R\$ 20,7 bilhões de medicamentos por meio das PDPs - as compras ocorrem sem necessidade de licitação. A economia estimada aos cofres públicos é de R\$ 7,1 bilhões, segundo a pasta.

Entre os produtos que ficaram mais baratos com as PDPs estão remédios para tratamento de câncer (imatinibe e everolimo), HIV (tenofovir), transtornos mentais (olanzapina, clozapina e quetiapina) e para pacientes transplantados (tacrolimo).

Apesar dos resultados, a política de PDPs vive um cenário de "insegurança" desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O principal receio é a não continuidade da política e a dúvida de que o Ministério da Saúde seguirá comprando os produtos. Marco Dacal, diretor da fábrica de biotecnológicos da Libbs, afirma que desde 2016 tem visitado seus parceiros internacionais ao menos três vezes por ano para tratar do programa das PDPs.

Dos oito projetos da Libbs, dois foram suspensos pelo ministério, mesmo após o grupo empresarial ter investido R\$ 250 milhões na construção de uma fábrica de alta tecnologia na grande São Paulo - que também contou com empréstimos públicos (R\$ 532 milhões do BNDES e R\$ 169 milhões da **Finep**). "Isso aqui é fruto das PDPs", diz a diretora Márcia Bueno a respeito da nova fábrica em Embu das Artes (SP), a primeira do Brasil a produzir os avançados anticorpos monoclonais, usados contra câncer, doenças autoimunes e outras enfermidades.

Bueno também mostra preocupação com a queda na compra de medicamentos por meio do programa. A Libbs começou a produzir em 2019 o rituximabe, remédio para câncer no sistema linfático usado no tratamento da ex-presidente Dilma e dos atores Edson

Continuação: Sob Bolsonaro, farmacêuticas do país receberam menor investimento da década

Celulari e Reynaldo Gianecchini. O Ministério da Saúde, no entanto, ainda não garantiu sua contrapartida. "Estamos esperando o governo anunciar a compra", diz ela.

Segundo Gadelha, da Fiocruz, "investir em inovação tem risco", já que nem sempre os resultados são alcançados no tempo que se espera. Ele avalia, porém, que as PDPs estão alcançando seus objetivos, em-

bora o ambiente de incerteza "paralise o investimento". "Dar continuidade e estabilidade ao programa são fundamentais para que o Brasil não perca todo o investimento que já foi realizado".

"Retorno" do Pirate Bay gera problemas para distribuidores e estúdios

O tracker de torrents voltou com mudanças de usabilidade e funcionamento, de forma a se tornar mais rápido e moderno, mas com isso também veio algo que vai gerar dor de cabeça aos detentores de **direitos** autorais, que terão de submeter novamente milhões de pedidos de retirada de conteúdo aos serviços de busca.

Isso se deve a uma mudança na estrutura de links de download, uma das novidades trazidas pelos administradores do navio pirata. URLs antigas, no formato `thepiratebay.org/torrent/nomedoarquivo` não existem mais e receberam uma variação sutil, mas importante. Agora, elas atendem por `thepiratebay.org/description.php?id=nomedoarquivo`.

Aos usuários, pouca diferença, já que links antigos compartilhados por qualquer meio são redirecionados automaticamente para o novo formato. O mesmo, entretanto, não vale para as ferramentas de busca, que indexarão as páginas de arquivos como novas e deixarão de exibir as antigas, entendendo que elas, tenham recebido pedidos de retirada ou não, saíram do ar e não fazem mais parte da estrutura do Pirate Bay.

O resultado disso, para os detentores de **direitos** autorais, é o recadastramento de milhões de pedidos de remoção de conteúdo no Google e outros mecanismos de busca. Essa é a principal arma de distribuidoras e estúdios para conter a disseminação de conteúdos pirateados, mas também um aspecto que demanda grande trabalho, já que as solicitações pre-

cisam ser realizadas uma a uma.

De acordo com o Torrent Freak, o total, mais precisamente, é de cinco milhões de solicitações desse tipo, segundo as informações do relatório de transparência do Google. E estas são apenas as solicitações ligadas a links diretos de arquivos do Pirate Bay, sem contar sites de redirecionamento ou versões de backup da plataforma mantidas por terceiros, que também tiveram suas estruturas de URL alteradas e voltaram a aparecer nos mecanismos de busca.

A mudança nos endereços tem a ver com uma modernização dos sistemas internos do tracker torrent, que também ganhou novas formas de categorização de conteúdo e registro de arquivos. Por outro lado, o trabalho ainda está longe de acabar, já que os comentários dos conteúdos publicados, uma importante ferramenta para diferenciar uploads maliciosos de legítimos, ainda não está funcionando, assim como a versão do serviço na rede Tor.

Como sempre, os bucaneiros responsáveis pelo navio pirata permanecem em silêncio, assim como fizeram durante todo o período de indisponibilidade da plataforma. A ideia, claro, é que os trabalhos continuem e as funções devam ser restabelecidas em breve, mas não existe um prazo para isso. Além disso, a plataforma não explicou a mudança na estrutura de links nem comentou se a alteração tem a ver com as solicitações de remoção, que já começaram a reaparecer no Google e outras ferramentas.

Austrália decide obrigar Google e Facebook a pagarem por conteúdo jornalístico



"Não podemos negar a importância de criar condições de concorrência equitativas, garantindo uma oportunidade justa às empresas e a compensação adequada pelo conteúdo", disse Josh Frydenberg, ministro australiano das Finanças.

O ministro afirmou que em julho o governo divulgará um código de conduta que obrigará as empresas digitais a pagarem os veículos de comunicação australianos pelo uso de suas notícias e por outros conteúdos. Segundo ele, a decisão foi tomada após o fracasso nas negociações com o Google e o Facebook para um sistema voluntário de pagamento.

"Não houve progresso significativo, então tomamos a decisão de criar um código obrigatório, para ser o primeiro país do mundo que se assegure que os gigantes das redes sociais paguem pelos conteúdos", disse. "Somos conscientes do desafio que estamos enfrentando", afirmou o ministro.

Representantes do Google e do Facebook na Austrália, de acordo com o jornal The New York Times, mostraram decepção com a medida e disseram que as duas empresas estavam trabalhando duro para desenvolver um código voluntário e, além disso, têm apoiado organizações de notícias, especialmente durante a pandemia de COVID-19.

"Estamos desapontados com o anúncio do governo",

disse em comunicado Will Easton, diretor administrativo do Facebook para Austrália e Nova Zelândia, em comunicado.

Gustaf Brusewitz, porta-voz do Google na Austrália, afirmou em nota que a empresa "procurou trabalhar construtivamente com a indústria" e continuaria a fazê-lo sob as novas regras obrigatórias, que devem ser divulgadas em julho.

A nova regulação será adotada após uma investigação de 18 meses sobre o poder das plataformas digitais, feita pela Comissão Australiana de Concorrência e Consumo (ACCC). O órgão recomendou uma revisão das normas existentes.

O presidente da ACCC, Rod Sims, afirmou que a comissão advertiu o governo que é "pouco provável" que as plataformas digitais aceitem pagar pelas informações australianas.

Michael Miller, presidente executivo da News Corp Austrália, elogiou a iniciativa do governo. "Durante duas décadas, Google e Facebook criaram empresas que faturaram bilhões de dólares utilizando os conteúdos de outras pessoas e se negando a pagar por eles", destacou Miller.

O anúncio do governo australiano surge poucas semanas depois de a autoridade responsável pela concorrência na França ter ordenado o Google a negociar com os meios de comunicação a remuneração por usar fragmentos de conteúdo. Na prática, os franceses validaram as novas regras de **direitos** autorais da União Europeia.

Continuação: Austrália decide obrigar Google e Facebook a pagarem por conteúdo jornalístico

Antes, o Google havia contornado tentativas de países como Espanha e Alemanha para forçá-lo a compensar os editores. Na Espanha, respondeu fechando o site do Google Notícias.

0 4/20/australia-quer-obrigar-google-e-facebook-a-pagarem-por-conteudo-das-noticias.htm

<https://www.nytimes.com/2020/04/20/business/media/australia-facebook-google.html>
<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/afp/2020/>

Mercado ilegal deve aumentar na quarentena

Mercado ilegal deve aumentar na quarentena

PR Newswire

SÃO PAULO, 15 de abril de 2020

SÃO PAULO, 15 de abril de 2020 /PRNewswire/ -- Com o fechamento do mercado formal, por causa da quarentena imposta à maioria dos estados, a **pirataria** está crescendo no Brasil, assim como o contrabando, afirmam especialistas. O comércio ilegal se acentua com downloads de filmes e músicas, compras de aparelhos decodificadores para a captação de sinal de TV a cabo e produtos eletrônicos. Já o contrabando fica aparente, por exemplo, no setor de cigarros. Segundo o presidente do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, o crescimento é global. "O mercado ilegal cresce porque tem espaço para isso. A lucratividade é imensa", afirma Vismona. "Cada vez mais organizações criminosas participam desse comércio, como é o caso dos cigarros. É muito expressiva a venda de fumo contrabandeado porque o crime viu aí um nicho de altíssimo lucro, com um nível de impunidade grande e aceitação da sociedade", diz.

A queda brutal da renda familiar dos brasileiros neste momento também conta muito para essa decisão, reconhece o presidente do FNCP. Mas Vismona faz um alerta. "Não é o consumidor que vai levar vantagem nessa operação. Muitas vezes, ele acha que sim. Pensa: 'Ah, é um produto baratinho, vou comprar.' Mas, o que está por trás é uma engrenagem perversa, que es-

tá, na verdade, financiando o crime organizado."

Os dados da ilegalidade são alarmantes. Só em 2019 o Brasil perdeu R\$ 291,4 bilhões de reais para o mercado ilegal, segundo levantamento do FNCP. O valor é a soma das perdas registradas por 15 setores industriais e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados em função dessa ilegalidade. O montante aumenta muito mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Enquanto em 2019 o PIB do Brasil teve o avanço de 1,1%, o mercado da ilegalidade se avolumou. A perda dos setores foi de R\$ 199,6 bilhões, que somados a uma média do imposto sonegado (R\$ 91,8 bilhões) chega a R\$ 291,4 bilhões. Essa média foi feita com o percentual de 46%, mas há produtos, como o cigarro, em que o imposto pode alcançar 90%.

O levantamento do FNCP tem como base os dados apontados pelos próprios setores produtivos, que têm métricas próprias. Os 15 segmentos contemplados pelo FNCP são vestuário; óculos; cigarro; TV por assinatura; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; bebidas alcoólicas; combustíveis; audiovisual; defensivos agrícolas; celulares; perfumes importados; material esportivo; brinquedos; software; e eletroeletrônicos

FONTE Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP)

Broadcast Imagem

Índice remissivo de assuntos

Inovação
3

Patentes
3

Entidades
3

Direitos Autorais
8, 9

Pirataria
11